**POLÍTICAS PÚBLICAS NA/DA/PARA EJA NO PERÍODO DE 2016 A 2022: ENTRE INVISIBILIDADES, RETROCESSOS E ESPERANÇAS**

Camila Vitória Sousa da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho se constitui como um recorte de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no âmbito de Monografia, vinculado à Faculdade de Educação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Aqui, busca-se analisar quais foram as políticas públicas pensadas para a Educação de Jovens e Adultos no período de 2016 a 2022. Para tanto, foram conceituados processos históricos que ajudam a refletir acerca dos estudantes que compõe a modalidade, pautando-se em uma perspectiva antirracista, evidenciando os sujeitos que tiveram seu acesso à educação negado. Além disso, buscou-se compreender os processos de desescolarização gerados pós-golpe de 2016, com uma maior influência dos movimentos ultraconservadores e como o conceito de esperança de Paulo Freire pode ajudar a (re)pensar as práticas educativas em um contexto de desmonte de direitos.

Palavras Chaves: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Desescolarização.

Resumo Expandido

O contexto de realização deste resumo surgiu por meio de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mais especificamente uma Monografia, intitulada “Processos de desescolarização na EJA: uma análise das políticas públicas no período de 2016 a 2022”, que foi apresentada à Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Os objetivos deste trabalho consistiram em identificar e analisar as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos desde o golpe de 2016 (Jinkings, Doria, Cleto, 2016) até o fim da gestão Bolsonaro e, dessa maneira, poder compreender os crescentes processos de desescolarização que vêm ocorrendo na modalidade.

O referencial teórico do estudo dialoga com autores do campo da EJA, como: Freire (1983), Silva (2019), Souza (2006), Hasenbalg (2005), dentre outros.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio bibliográfico/documental a partir da análise de documentos e leis que orientaram as políticas públicas de EJA ao longo da história do Brasil, fazendo um breve percurso histórico, enfatizando questões raciais e sociais. Esse atravessamento histórico foi escolhido, pois segundo Gonçalves e Silva (2000), é importante retomarmos o passado para entendermos de fato a realidade no que tange os processos educativos.

Para um maior entendimento das particularidades da EJA e dos sujeitos integrantes da modalidade, é necessário compreender as concepções históricas e políticas que estruturaram a formação da sociedade brasileira. O que hoje é compreendido como Educação de Jovens e Adultos, está embasado em concepções construídas há décadas e compreendendo como essa construção ocorreu é possível entender o atual contexto das políticas públicas, além de poder analisar com mais embasamento quem são os sujeitos que estão inseridos nas salas de aula da EJA.

Segundo Souza (2006) o racismo construiu a estrutura da sociedade brasileira e logo essa concepção também adentraria o sistema educacional, deixando a população negra à margem dos processos de escolarização. Ainda segundo Hasenbalg (2005), mesmo após a escravização ter sido abolida, o sistema escravocrata permaneceu na mentalidade da população que se manteve racista e colonialista e com o intuito de manter uma elite branca no poder, e para isso, perpetuou-se a negação de não brancos de estudar e apenas a elite pôde acompanhar os avanços do ensino. Segundo Cida Bento (2022), isso reforça um pacto que a branquitude possui de contribuir para que as pessoas pretas não ocupem espaços socais e se tornem invisibilizadas, um marco que é possível enxergar até os dias atuais.

Não desconectado deste fato, hoje a população que está inserida na modalidade é majoritariamente negra e os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) deixam isso mais do que evidente: “pretos e pardos predominam nos dois níveis de ensino. No fundamental, o grupo representa 75,8% dos estudantes, enquanto, no nível médio, 67,8%. Os alunos que se identificam como brancos compõem 22,2% da EJA fundamental e 31% da EJA médio” (INEP, 2020, p. 35).

Com a Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/96) o cenário para a Educação de Jovens e Adultos começou a mudar ao considerá-la como uma modalidade da educação básica e reconhecer as especificidades próprias de ensino e aprendizagem de pessoas jovens, adultas e idosas. Porém, segundo Antunes, Catelli, Couto, Di Pierro e Santos (2022), mesmo nos anos seguintes à promulgação, não foi possível observar um crescimento efetivo dos investimentos para a EJA, pois o Governo Federal preferiu atender às demandas das crianças do Ensino Fundamental e com isso, a EJA operou com baixos recursos e sem o investimento adequado.

Mapeando a história das políticas públicas, é possível observar que a EJA teve um momento de ascensão (governos petistas) e queda (pós- golpe). No Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007) e posteriormente reeleito (2007-2010), trouxe uma proposta de governo com o intuito de superar a fome e elevar os índices de escolarização no país. Foi nesse período que houve um dos maiores avanços para a Educação de Jovens e Adultos, deixando de lado uma visão da EJA como compensatória e certificatória. Alguns desses avanços foram: a criação da Secretaria de Educação Continuada (SECAD) que, em 2012 foi alterada para Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (PROJOVEM), o Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PLND-EJA e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

As iniciativas feitas neste governo incomodaram e abalaram as camadas das elites brasileiras, pois se estava garantindo o acesso à educação para as camadas populares, porém a elite não queria dividir seu espaço de privilégio e lugar de poder.

Com o golpe jurídico-parlamentar orquestrado pelo vice-presidente com o apoio de setores conservadores que destituiu sem crime de lesa-pátria, a presidente eleita democraticamente, o direito de jovens, adultos e idosos à educação foi colocado novamente em um viés de negação e subalternidade, devido à redução dos investimentos para a modalidade, o que comprometeu as políticas existentes, assim como a instituição de qualquer nova ação ou programa.

A onda conservadora que começou a crescer no governo golpista de Michel Temer (2016-2018) fez emergir o fundamentalismo religioso, a aversão à diversidade e a democracia. Isso fez com que surgissem movimentos como o Todos pela Educação e o Projeto Escola Sem Partido, que tinham o intuito de silenciar os professores e destituir a educação como uma ferramenta de consciência crítica.

Além disso, com uma volta da crescente neoliberal, em 2017 foi aprovada a PEC 241/16, que permitiu congelar verbas de saúde e educação por 20 anos. Dessa forma, a população começou a sofrer com projetos que aumentaram a desigualdade social no Brasil. Assim, os investimentos destinados à EJA foram baixíssimos, o que levou a redução de quase todos os programas existentes, como o PLND-EJA, o PROJOVEM e o PBA.

Outra medida desse governo foi lançar a contrarreforma do Ensino Médio, que alterou a LDB. Essa medida veio acompanhada pelo estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece que a carga horária da EJA pode ser oferecida até 80% a distância. Isso é claramente uma tentativa de impedir a educação para a criticidade, além de um assombroso projeto de destruir a educação no país.

Essa crescente no conservadorismo, levou à Presidência um candidato de extrema direita: Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Nesse período a educação e as suas políticas públicas começaram a ser contestadas, principalmente aquelas que foram conquistados ou ampliados nos governos petistas. Com isso, houve um grande ataque a ciência, a desvalorização das universidades públicas e no fim da maior parte das políticas públicas e programas para a EJA, como, por exemplo, a extinção da Secadi.

Nesse (des)governo, além da queda em investimentos na EJA, ocorreu uma mudança nos recursos, com quase nada sendo investido na modalidade. A partir do ano de 2018 (Governo Temer), houve um aumento dos recursos destinados para o Exame Nacional para Certificação e Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), sendo, em 2018, investidos R$ 177,6 milhões e somente R$ 24,6 milhões para a EJA escolar. Em abril de 2019, o Decreto n.º 9.759 extinguiu quase todos os colegiados da administração pública federal, como a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), acabando com a comunicação que existia entre o MEC e as organizações dedicadas à modalidade.

Foram muitos os desdobramentos, como a valorização dos certificados em detrimento da valorização do conhecimento; a ênfase mercadológica e acrítica o invés de uma pedagogia dialógica (FREIRE, 1983); desinvestimentos na oferta de EJA, acarretando problemáticas nas políticas que envolvem a sua oferta e consequentemente levando ao fechamento de escolas e turmas de EJA. Segundo Antunes, Catelli, Couto, Di Pierro e Santos (2022), na gestão Bolsonaro, o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos passou de 3,5 milhões em 2018 para 2,9 milhões em 2023, isso é o marcador de um processo de desescolarização, alterando a perspectiva de educação como um direito social.

Além disso, esses processos de desescolarização da modalidade marginalizam mais uma vez a população negra e a reafirmam a negação do direito à educação. Este trata-se de um projeto político de destruir e sucatear a educação pública no Brasil.

Por fim, o conceito de esperança de Paulo Freire (1992) pode auxiliar na ressignificação do processo de ensino e aprendizagem para jovens, adultos e idosos em um contexto de práticas ultraconservadoras. Freire (1992), propõe que a esperança seja necessária, pois esta é como um motor da história, primordial para as modificações da realidade, não só para os docentes, mas para os educandos também, para que estes se compreendam como seres sociais, por meio de uma construção crítica, e assim, possam intervir no mundo.

Entretanto, o autor também adverte que essa esperança não pode ser encarada com ingenuidade, pois não se pode deixar enganar pela ideia de que ela sozinha transforma tudo. Por isso, ele ressalta a importância do ato de esperançar no sentido de resistir com criticidade.

Sendo assim, esse ato de “esperançar” pode ajudar na resistência à subordinação política e a enfrentar a invisibilidade da modalidade, para que, assim, a EJA continue sendo esse motor que impulsiona a história dos sujeitos que a perpassam, contribuindo com a transformação de suas realidades, em busca da reescrita de uma nova trajetória de possibilidades.

Referências

ANTUNES, Angela; CATELLI, Roberto; COUTO, Sonia, DI PIERRO, Maria Clara; SANTOS, Alessandra. Em busca de saídas para as crises das políticas públicas de EJA [*on-line*], 2022. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/10/dossieeja.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2023.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos.  São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento Negro na Educação**. Ver. Bras. Educ. [On-Line]. 2000, N. 15, Pp. 134-158. Issn 1413-2478.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**.  Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Resumo Técnico: **Censo da Educação Básica de 2019.** 2020.Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf>. Acesso em 8 de maio de 2023.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos o golpe?** Para entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Maria Helena Viana.  Ideologia racial brasileira na educação escolar. In:  OLIVEIRA, Iolanda de; SISS, Ahyas (Orgs.).  **População negra e educação escolar.** Niterói: Quartet/Eduff, 2006.